



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12999 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT17 - Filosofia da Educação

O CULTIVO DA HUMANIDADE PARA UMA UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA

Débora Furtado Barrera - UnB - Universidade de Brasília

Catia Piccolo Viero Devechi - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

O CULTIVO DA HUMANIDADE PARA UMA UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA

Resumo: As Big Techs têm se disseminado nas diversas esferas do Estado, influenciando na tomada de decisões no que se refere à educação pública, uma vez que demandam adaptação à lógica dos valores e dos termos de uso das corporações. Assim, sob o manto da inovação, da economia de custos e da facilidade, as Big Techs adentram nas universidades brasileiras, reforçando um cenário que Zuboff (2020) tem chamado de capitalismo de vigilância. Diante disso, buscamos discutir, a partir da concepção de educação liberal de Nussbaum (2012), a influência da lógica economicista no processo formativo nas universidades públicas brasileiras, apontando algumas críticas à presença das Big Techs nessas instituições, justificando a necessidade de se pensar em plataformas próprias, de forma a garantir um processo formativo minimamente autônomo.

Palavras-chave: Big Techs, Capitalismo de vigilância, Universidade pública, Enfoque das capacidades, Democracia.

Introdução

“Capitalismo de vigilância” é o termo cunhado pela pesquisadora norte-americana Zuboff (2020) para descrever a atual fase do capitalismo, em que o ser humano e suas interações digitais são a matéria-prima para o modelo de negócios de grandes corporações tecnológicas, a exemplo da Google, Amazon, Facebook e Microsoft. O comportamento do usuário no mundo digital é a base de produtos de predição, os quais são negociados em mercados de comportamentos futuros. Essa nova lógica de acumulação interfere diretamente na constituição da subjetividade humana, uma vez que nossos pensamentos, preferências etc. se tornam ativos a serem comercializados sem nossa autorização, embora sempre concordamos (ou nos obrigamos a concordar) com os termos de uso dos serviços de *e-mail* e *sites*. Em última instância, perguntamos: quais serão as consequências de nossas experiências pessoais se tornarem matéria-prima para que empresas possam lucrar?

Para Zuboff (2020), a Google tornou-se a pedra fundamental para o capitalismo de vigilância, assim como, para o capitalismo gerencial, a Ford e a General Motors foram os

ícones de pioneirismo. A Microsoft também se consolida em *status* semelhante ao da Google quando consegue, mundialmente, levar seus produtos como referência para o uso de computadores pessoais. Somente no ano de 2021, ambas as empresas auferiram lucros que ultrapassaram a casa dos bilhões de dólares.

Ao observarmos a esfera de atuação das Big Techs, que, em um primeiro momento, aparenta alcançar apenas a vida pessoal, percebemos o espaço ocupado por elas dentro dos governos, que veem uma oportunidade de “resolução” dos problemas sociais com um gasto mínimo, a partir dos serviços desenvolvidos por tais corporações. Com um discurso que aponta para o desenho de um Estado pesado, lento e burocrático, as Big Techs conseguem adentrar nos governos e ofertar suas soluções inovadoras e práticas visando “resolver” as questões sociais. Admitir isso, nas palavras de Morozov (2018), significa o Estado se furta ao debate político a respeito das desigualdades sociais. Assim, acreditar que as soluções apresentadas pelas corporações tecnológicas é a maneira ideal para a economia de gastos de um país é um dos sinais que evidenciam a crise democrática que estamos presenciando nos últimos vinte anos, em que o papel do Estado se torna diminuto nas áreas sociais. Nesse cenário, as grandes corporações tecnológicas ganham terreno para se tornarem instituições regulamentadoras da sociedade.

Nesse sentido, a partir de um estudo de caráter bibliográfico, o presente trabalho busca problematizar a relação entre a entrada das Big Techs nas universidades públicas brasileiras e as possíveis implicações para o projeto formativo de uma universidade democrática, autônoma e criativa. A universidade é, em nossa compreensão, o espaço institucional privilegiado para o exercício do pensamento livre, crítico, criativo e ético com vistas à formação de uma cidadania democrática e promotora da dignidade humana. Para construirmos esse raciocínio, pautamo-nos no enfoque das capacidades discutido por Nussbaum (2012), por considerarmos um contraponto ao enfoque da formação humana baseada em índices meramente econômicos, o qual trata a educação a partir de uma visão mercantilista.

As Big Techs nas universidades públicas brasileiras

No Brasil, o “Observatório Educação Viglada”, uma iniciativa de divulgação científica de pesquisadores acadêmicos e organizações sociais, acompanha o movimento de plataforma da educação pública no país e na América do Sul. Um dos resultados desse trabalho foi a consolidação de um mapeamento com a discriminação das instituições públicas de ensino superior brasileiras e demais países da América do Sul e sua relação com a Google ou a Microsoft. No contexto brasileiro, foram analisadas 144 instituições públicas, sendo 62 universidades federais. Desse total, 39 aderiram e 23 não aderiram às parcerias com alguma dessas corporações. Ainda sobre a presença da Google e da Microsoft na educação superior, Cruz, Saraiva e Amiel (2019) reafirmam esses dados ao apontar que 80% das universidades estaduais e 22% das universidades federais investigadas em seus estudos possuíam acordos para utilização dos serviços de *e-mail* dessas empresas.

Em 2016, instituições como a Universidade de São Paulo e a Universidade de Campinas firmaram termo de cooperação com a Google para aquisição de seus serviços de aplicativos, como contas de *e-mail*, voltados à comunidade universitária. Logo em seguida, em 2018, outras universidades acompanharam esse movimento, como, por exemplo, a Universidade Federal de Ouro Preto¹. Economia de custos, benefícios ilimitados e facilidade de uso foram algumas das justificativas apresentadas pelas instituições de ensino para a entrada da empresa Google na universidade.

Segundo levantamento realizado pelo "Observatório Educação Viglada", a partir de

referências colhidas no Diário Oficial da União, desde o ano de 2021, as universidades federais e os institutos federais de educação já gastaram quase 17 milhões de reais na aquisição de licenças de uso das plataformas educacionais Google Workspace for Education. Isso demonstra a dependência tecnológica do país à corporações estrangeiras em detrimento ao investimento em infraestrutura tecnológica nacional.

O enfoque das capacidades para uma formação humana democrática nas universidades

O aumento das desigualdades sociais, a propagação de valores e conceitos discriminadores e a perda de direitos sociais são alguns dos fatos que compõem o cenário de uma crise global vivida pela sociedade contemporânea. Segundo Nussbaum (2012), essa crise é resultado da fragilidade das bases democráticas que sustentam uma nação. Para a autora, não se trata apenas de uma crise econômica, mas de uma crise global na educação com sérios prejuízos ao futuro das democracias. As universidades também se encontram nesse emaranhado complexo de crise social, revelando uma situação de insegurança quando questionadas sobre suas finalidades: formar sujeitos a partir de uma visão pragmática e aligeirada ou buscar uma formação humana plena?

O enfoque das capacidades de Nussbaum (2012) tem como premissa o que as pessoas são capazes de ser e fazer com os recursos que estão à sua disposição. De maneira sucinta, a noção de capacidades refere-se ao conjunto de oportunidades e liberdades que uma pessoa tem para agir dentro de um contexto social, político e econômico. De acordo com Nussbaum (2012), a análise do desenvolvimento humano não deve ser realizada, exclusivamente, sob o prisma do produto interno bruto de uma nação, e sim por meio de múltiplos enfoques, tais como o acesso às reais oportunidades de trabalho, saúde e bem-estar. A pesquisadora nos mostra ainda a necessidade de superarmos o enfoque do desenvolvimento econômico pelo desenvolvimento humano, uma vez que este “possibilita repensar o sentido da educação e, com ele, o papel do ensino superior na formação da cidadania democrática e na busca por mais justiça social para todas as pessoas” (DALBOSCO; NOLLI; MARASCHIN, 2022, p. 2).

Se entendemos que a universidade é uma das instituições responsáveis pela formação de pessoas para uma vida digna, qual seria a consequência da entrada das corporações internacionais tecnológicas, que tratam a educação como um negócio, nas universidades públicas brasileiras? Quando a universidade atende ao chamado das exigências impostas pelo mercado, a exemplo da economia de custos em detrimento do fomento de pesquisas que possam resultar na produção de tecnologia nacional, ela se afasta dos seus princípios de liberdade de ensino e pesquisa, bem como de autonomia didática. Conforme Prazeres (2015), é plausível pensar que a Google ou a Microsoft se coloque como centro emissor de valores a fim de que, no contexto de uma instituição de ensino, a comunidade acadêmica, submetida aos seus programas, se transforme em um exército de multiplicadores dos produtos e valores da empresa.

A entrada das Big Techs na educação pública não pode ser interpretada como uma situação inevitável para as universidades públicas devido à evolução e à presença da tecnologia na realidade social. É fundamental, então, estabelecermos uma escuta atenta acerca do discurso que está sendo imposto para as universidades. As corporações tecnológicas são detentoras dos poderes econômico, intelectual e técnico indispensáveis à evolução da sociedade mas também são formadoras de pensamento e, por um descuido, podem reduzir o ser humano a uma massa de dados digitais, dentro de um contexto de capitalismo de vigilância.

Nesse sentido, reiteramos a importância de a universidade pública estar atenta às implicações formativas dessas facilidades tecnológicas, desenvolvendo um posicionamento crítico em relação aos ditames dessas grandes empresas internacionais de tecnologia e suas

soluções miraculosas. Além disso, é necessário exigir políticas públicas que obriguem as empresas de plataformas proprietárias a priorizar valores públicos ao servir às instituições públicas (KERSSEMS; VAN DIJCK, 2021). Não podemos também nos esquecer da necessidade urgente de investimento em pesquisa para o desenvolvimento de plataformas tecnológicas próprias a fim de a universidade não ficar submetida aos imperativos de corporações estrangeiras, perdendo seu foco formativo. Para tanto, entendemos que a proposta de uma educação liberal, conforme desenhada por Nussbaum (2012), é capaz de jogar luz sobre o caminho das universidades enquanto bem público, no enfrentamento do poder formativo das Big Techs, claramente voltadas aos interesses privados.

Considerações finais

A presença das Big Techs na educação vai além de levar tecnologias para a sala de aula. Trata-se da proposição de uma mudança filosófica no conceito de educação enquanto bem público, direito de todos e dever do Estado. Transfigurar esse conceito é deixar de lado o comprometimento com a justiça social e a democracia, e se render ao capitalismo de vigilância. Assim, caminhamos para o entendimento de que a entrada das Big Techs nas universidades públicas é um sinal claro da apropriação do espaço público pela esfera privada, em que a concepção de educação está calcada no alcance de resultados, não dialogando, portanto, com os sentidos de uma educação alicerçada na cidadania democrática promotora da dignidade humana, como defendido por Nussbaum (2012). Nosso pressuposto é de que a formação universitária deve ter como princípio o cultivo da humanidade, não podendo se restringir a uma formação com fins privatistas, o que exige um posicionamento crítico urgente da universidade em torno das Big Techs.

REFERÊNCIAS

CERIONI, C. Head do Google for Education: a educação não voltará mais ao 100% offline. **Exame**, 6 jul. 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/head-do-google-for-education-a-educacao-nao-voltara-mais-ao-100-offline/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

CRUZ, L. R. da; SARAIVA, F. de O.; AMIEL, T. Coletando dados sobre o Capitalismo de Vigilância nas instituições públicas do ensino superior do Brasil. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LAVITS*, 6., 2019, Salvador. **Anais** [...]. Salvador, 2019. p. 1-17. Disponível em: https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Cruz_Saraiva_Amiel-2019-LAVITS-1.pdf. Acesso em: 21 mar. 2023.

DALBOSCO, C. A.; NOLLI, M. R.; MARASCHIN, R. O enfoque das capacidades e a educação para a dignidade humana. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 44, n. 1, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/65084>. Acesso em: 19 mar. 2023.

KERSSENS, N.; VAN DIJCK, J. The platformization of primary education in The Netherlands. **Learning, Media and Technology**, [s. l.], v. 46, n. 3, p. 250-263, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17439884.2021.1876725>. Acesso em: 22 mar. 2023.

MOROZOV, E. **Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editor, 2018.

NUSSBAUM, M. C. **Crear capacidades: propuesta para el desarrollo humano**. Barcelona: Paidós, 2012.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Platformisation. **Internet Policy Review**, [s. l.],

v. 8, n. 4, p. 1-13, 2019. Disponível em: policyreview.info/concepts/platformisation. Acesso em: 22 mar. 2023.

PRAZERES, M. Empresa HD, aluno monitor: a Microsoft e a construção da crença nas tecnologias. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 527-542, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022015041662>. Acesso em: 22 mar. 2023.

SCARTON, S.; PIRATINI, P. RS registra maior índice de acesso ao Google For Education no país. **Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul**, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/rs-registra-maior-indice-de-acesso-ao-google-for-education-no-pais>. Acesso em: 24 mar. 2023.

VAN DIJCK, J.; POELL, T. Social Media Platforms and Education. *In*: BURGESS, J.; MARWICK, A.; POELL, T. (ed.). **The SAGE Handbook of Social Media**. Washington: SAGE, 2018. p. 579-591.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

1Ver: <https://ufop.br/noticias/fique-atento/ufop-assina-acordo-com-google-para-uso-do-g-suite-education>. Acesso em: 24 mar. 2023.